



GOVERNO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da XI Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e  
Nutricional.

Brasília/DF.  
06 e 07 de agosto de 2013.

Empresa ProixL Estenotipia

## ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos seis e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, no Auditório do  
2 Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XI Reunião  
3 Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, órgão  
4 de assessoramento da Presidenta da República, instituído através da Lei nº. 10.683,  
5 de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de  
6 setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de  
7 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta: Pauta do dia 06: 1. Aprovação da  
8 pauta, da ata da X Plenária e informes – Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do  
9 Consea – 14h às 14h30. 2. Direitos territoriais e patrimoniais de povos indígenas e  
10 quilombolas e etnodesenvolvimento – 14h30 às 18h. 2.1. Depoimento da atual  
11 situação do Povo Kaiowá Guarani e Terena – Silvio Ortiz, conselheiro nacional  
12 indígena e Otoniel Gabriel liderança indígena (Sidrolândia/MS) – 14h30 às 14h40. 2.2.  
13 Depoimento da atual situação dos Quilombolas em Brejo dos Crioulos – Francisco  
14 Cordeiro Barbosa e Carla Gonçalves Pereira, representantes de comunidades de  
15 Brejo dos Crioulos –14h40 às 14h50. 2.3. Apresentação das ações exitosas do  
16 Ministério Público e desafios para a garantia dos direitos territoriais e patrimoniais –  
17 Luciano Mariz Maia, representante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal –  
18 14h50 às 15h10. 2.4. Apresentação do diagnóstico sobre a efetivação do direito de  
19 acesso à terra e território e de reflexões e propostas do Consea – Edgard Moura e  
20 Dourado Tapeba – coordenadores das Comissões Permanentes 5 e 6 – 15h10 às  
21 15h30. 2.5. Apresentação das ações do governo federal para garantia de acesso à  
22 terra e ao território – Maria Augusta Boulitreau, Presidenta Interina da Fundação  
23 Nacional do Índio – FUNAI e Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente do Instituto  
24 de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – 15h30 às 16h10. 2.6. Debate e  
25 encaminhamentos – 16h10 às 18h. Dia 07 de agosto: 3. Apresentação do vídeo sobre  
26 frutos da Amazônia – 9h às 9h05. 4. Soberania e Segurança Alimentar e nutricional e  
27 gênero na Amazônia – 9h05 às 13h. 4.1. Nova configuração socioterritorial dos povos  
28 e comunidades tradicionais na Amazônia – Jurandir Santos de Novaes, Professora da  
29 Universidade Estadual do Maranhão e representante do Projeto Nova Cartografia  
30 Social na Amazônia – 9h05 às 9h35. 4.2 Especificidades da soberania alimentar na  
31 Amazônia e o papel da pesquisa – Tatiana Deane de Abreu Sá, Doutora em  
32 Ecofisiologia Vegetal e Pesquisadora da Embrapa – 9h35 às 10h05. 4.3  
33 Potencialidades da política de salvaguarda do patrimônio imaterial: a experiência do  
34 sistema agrícola tradicional no Rio Negro – Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga  
35 da Universidade de Chicago – 10h05 às 10h35. 4.4. Reflexões e propostas do Consea  
36 – Letícia Luiza, conselheira nacional do Consea, e Kátia Cilene, presidenta do Consea  
37 Estadual de Amapá – 10h35 às 11h. 4.5 Reflexões da Ministra Tereza Campello –  
38 Secretária Geral do Consea, Presidenta da Câmara Interministerial de Segurança  
39 Alimentar e Nutricional e Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à  
40 Fome – 11h às 11h30. 4.6. Apresentação das ações do Plano Nacional de Segurança  
41 Alimentar e Nutricional na Amazônia– Paulo Guilherme Cabral, secretário nacional de  
42 extrativismo e desenvolvimento rural sustentável do Ministério do Meio Ambiente e  
43 representante da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional –  
44 11h30 às 12h. 4.7. Debate e encaminhamentos – 12h às 13h. 5. Apresentação do  
45 novo Site do Consea – José Marcelo Torres Batista – Assessoria de Comunicação do  
46 Consea – 14h às 14h20. 6. Desdobramentos da X Plenária: Sistema Nacional de

47 Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – Michele Lessa– Secretaria Executiva da  
48 CAISAN – 14h20 às 14h30. 6.1. Debate e encaminhamentos – 14h30 às 15h. 7.  
49 Aprovação de propostas de Exposições de Motivos e/ou Recomendações das  
50 Comissões Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes(as)  
51 dos Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias –  
52 15h às 17h. 8. Encerramento – 17h. Dia 06 de agosto; Dando início aos trabalhos do  
53 dia, a Presidenta do Consea Nacional, Maria Emília Lisboa Pacheco, deu boas vindas  
54 aos presentes, e informou que a Ministra Tereza Campello, compareceria apenas no  
55 segundo dia da reunião, em função de sua agenda de compromissos. Maria Emília  
56 agradeceu a presença de Arnaldo Campos, Secretário de Segurança Alimentar e  
57 Nutricional do Desenvolvimento Social e de Michele Lessa, da Secretaria Executiva da  
58 Caisan. Em seguida, passou para apresentação do Item 1. Aprovação da pauta, da  
59 ata da X Plenária e informes - Maria Emília Lisboa Pacheco - Presidenta do Consea -  
60 14h às 14h30: A Ata da X Plenária foi aprovada, conforme apresentada. Informes: 1.  
61 Foi realizada a audiência, articulada pelo Conselho, dos indígenas com a Presidenta  
62 Dilma Roussef, que deverá ser pautada em algum momento da reunião; 2. Foi  
63 realizada a Mesa de Controvérsias sobre o Impacto dos Transgênicos de onde será  
64 retirada uma Exposição de Motivos a ser submetida à Plenária para edição de um  
65 pequeno livro com os resultados das Mesas de Controvérsias sobre os Agrotóxicos e  
66 os Transgênicos. Foi registrada a ausência da CTNBio no evento; 3. Que havia várias  
67 publicações com exemplares a disposição de todos. Após apresentação da pauta e  
68 explicações sobre a dinâmica adotada para discussão dos temas, deu-se início ao  
69 item 3. Direitos territoriais e patrimoniais de povos indígenas e quilombolas e  
70 etnodesenvolvimento - 15h às 18h: 3.1. Depoimento da atual situação do Povo  
71 Kaiowá Guarani e Terena - Silvio Ortiz, conselheiro nacional indígena e Otoniel  
72 Gabriel, liderança da Terra Indígena Buriti na região de Sidrolândia do estado do Mato  
73 Grosso do Sul - 15h às 15h20; 3.2. Depoimento da atual situação dos Quilombolas em  
74 Brejo dos Crioulos - Francisco Cordeiro Barbosa e Carla Gonçalves Pereira,  
75 representantes das comunidades em Brejo dos Crioulos - 15h20 às 15h30; 3.3.  
76 Apresentação das ações exitosas do Ministério Público Federal e desafios para a  
77 garantia dos direitos territoriais e patrimoniais - Procurador Luciano Mariz Maia,  
78 representante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal - 15h30 às 15h50; 3.4.  
79 Reflexões e propostas do Consea - Edgard Moura e Dourado Tapeba - coordenadores  
80 das Comissões Permanentes 5 e 6 - 15h50 às 16h; 3.5. Apresentação das ações do  
81 governo federal para garantia de acesso à terra e ao território - Maria Augusta  
82 Boulitreau Assirati, Presidenta Interina da Fundação Nacional do Índio - Funai e  
83 Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma  
84 Agrária - INCRA . 16h às 16h40 (a confirmar); 3.6. Debate e encaminhamentos -  
85 16h40 às 18h. A palavra foi dada ao Conselheiro Sílvio Ortiz, Indígena Guarani  
86 Caiowá, ao Sr. Otoniel Gabriel, Indígena Terena, ao Sr. Francisco Cordeiro Barbosa  
87 da Comunidade Quilombola de Brejo de Crioulos e a Sra. Carla Gonçalves Pereira,  
88 também da Comunidade Brejo de Crioulos, que relataram os problemas enfrentados  
89 por seus Povos, em função das disputas territoriais existentes em suas regiões, que  
90 traz como consequência, dentre outros, a insegurança alimentar de todos. O Sr.  
91 Luciano Mariz Maia do Ministério Público Federal, após fazer um histórico sobre a  
92 situação dos índios e quilombolas no País, ponderou que a luta em defesa dos índios  
93 é difícil e dos quilombolas muito mais, porque a situação jurídica dos quilombolas é  
94 sempre mais contestada. Colocou como conquista exitosa para a luta; a Constituição  
95 de 88, os valores acrescentados pelos compromissos internacionais do Brasil na

96 Comunidade das Nações e a Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do  
97 Trabalho. O Conselheiro Antonio Ricardo Domingos da Costa, Coordenador da CP6,  
98 fez a leitura de um documento com um apanhado sobre a questão de segurança  
99 alimentar dos povos indígenas no Brasil, reforçando que esta questão está  
100 diretamente ligada à garantia da territorialidade. Em seguida, fez a leitura das  
101 sugestões da CP6 para a minuta de Exposição de Motivos, proposta pelo Consea com  
102 relação ao tema. O Conselheiro Edgard Aparecido de Moura, Coordenador da CP5  
103 reforçou a necessidade de aceleração do processo de reparação fundiária para com  
104 as populações tradicionais dos povos indígenas e comunidades quilombolas do Brasil  
105 por parte do Governo Federal com políticas voltadas para a questão e com um  
106 Judiciário que cumpra as Leis existentes. Em seguida, fez a leitura das sugestões da  
107 CP5 para a minuta de Exposição de Motivos, proposta pelo Consea com relação ao  
108 tema. A Conselheira Gleyse Maria Couto Peiter, Coordenadora da CP2, fez a leitura  
109 das sugestões da Comissão para a minuta de Exposição de Motivos, proposta pelo  
110 Consea com relação ao tema. O Conselheiro Carlos Eduardo O. de S. Leite,  
111 Coordenador da CP3, fez a leitura das sugestões da Comissão para a minuta de  
112 Exposição de Motivos, proposta pelo Consea com relação ao tema. A Conselheira  
113 Mariza Rios, Coordenadora da CP4, fez a leitura das sugestões da Comissão para a  
114 minuta de Exposição de Motivos, proposta pelo Consea com relação ao tema. A  
115 Conselheira Norma Sueli, Coordenadora da CPCE, fez a leitura das sugestões da  
116 CP5 para a minuta de Exposição de Motivos, proposta pelo Consea com relação ao  
117 tema. A palavra foi dada ao Sr. Carlos Guedes, Presidente do INCRA, que falou da  
118 dedicação e do esforço coordenado do Governo para enfrentar um tema tão  
119 grandioso, que é reconhecer os direitos das populações tradicionais, dos povos  
120 indígenas e comunidades quilombolas. Destacou o diálogo como uma boa referência  
121 de que o Governo está tratando da complexidade e com seriedade o tema. Informou  
122 que o Incra pretende estabelecer uma Mesa de acompanhamento mensal,  
123 principalmente, para a questão dos direitos territoriais quilombolas, convidando o  
124 Consea a participar. Colocou que o Governo defende a manutenção do Decreto 4887  
125 e que é preciso verificar alguns elementos de avaliação a ser feito na estratégia de  
126 implementação do processo de regularização, apontando que há um descompasso  
127 entre a expectativa do direito gerada nas comunidades quilombolas com o relatório  
128 antropológico e todos os passos seguintes da regularização, que entende que esteja  
129 relacionado à complexidade do processo. Informou o esforço que a Secretaria do  
130 Patrimônio da União está desenvolvendo com o Incra para regularizar em terras  
131 federais e comunidades quilombolas, bem como com alguns Governos Estaduais com  
132 a ideia do Incra aportar recursos financeiros para viabilizar o processo de  
133 regularização fundiária das comunidades quilombolas em terras públicas estaduais.  
134 Colocou que foi determinado que os chefes operacionais da área de vistorias e  
135 avaliações de imóveis avaliem 175 imóveis que estão dentro de territórios quilombolas  
136 no segundo semestre de 2013 e início de 2014 para que os ajuizamentos sejam  
137 concluídos. Apontou ser muito importante que a sociedade civil se manifeste e auxilie  
138 no controle social e no aperfeiçoamento da ação do Governo. Destacou que a FAO  
139 lidera um debate em âmbito global, liderado pelo Ex-Ministro José Graziano,  
140 envolvendo o tema de governança responsável da terra, das florestas e das águas,  
141 que propõe diretrizes voluntárias de garantias de direitos e ressalta que seria um bom  
142 debate a ser feito no Brasil. Sugeriu que o Consea faça um diálogo com o Conselho  
143 Nacional da Justiça, pois considera que os cartórios não podem estar apartados do  
144 debate sobre a questão fundiária e agrária brasileira, apontando que esse foi um dos

145 entaves na questão da Comunidade Brejo dos Crioulos. A Sra. Maria Augusta,  
146 Presidente Interina da FUNAI, considerou que a Exposição de Motivos trabalhada pelo  
147 Consea é bastante abrangente e trata de todas as questões que a Funai vem  
148 executando com relação ao processo de demarcação de terras indígenas do Brasil.  
149 Explicou que o projeto político do País está em disputa e em desenvolvimento  
150 bastante fundado no eixo do crescimento econômico, mas que também tem tido  
151 segmentos importantes que discutem o desenvolvimento sustentável, a garantia dos  
152 direitos decorrentes da diversidade, das especificidades na realização com o território,  
153 tendo de um lado as afirmações de produtores rurais e de outro lado a afirmação dos  
154 direitos dos indígenas e de populações tradicionais do Brasil. Passou a falar sobre a  
155 atuação da Funai, que teve o seu marco legal a partir da Constituição de 88, quando a  
156 sua política passou a visar a autonomia dos povos indígenas. Colocou como ponto  
157 forte, que antecede a política de autonomia dos povos indígenas, o debate sobre a  
158 terra. Falou das dificuldades e entaves do processo para garantir efetivamente a  
159 posse plena das áreas demarcadas para os povos indígenas. Comentou sobre a  
160 Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, que foi uma  
161 conquista dos próprios indígenas. Ressaltou que o debate está posto e que é possível  
162 melhorar e avançar no processo de demarcação de terras. Explicou que há muitas  
163 propostas na tentativa de avançarem no tema, mas que a Funai tem o posicionamento  
164 de que promover mudança na Constituição Federal é um retrocesso e que o Decreto  
165 1775 não deve ser alterado. E que o que é necessário é melhorar os procedimentos  
166 internos na Funai, dando mais publicidade aos processos e ampliando cada vez mais  
167 o debate com a integração de vários atores que possam contribuir com o tema.  
168 Colocou que são a favor do crescimento da agricultura familiar e da consolidação do  
169 trabalho e das plenas condições para que a agricultura familiar possa se fortalecer e  
170 se consolidar. Comentou sobre o papel da imprensa no processo, argumentando a  
171 importância de terem unidade em torno do projeto de relação com a terra no Brasil.  
172 Concluiu que caminho é efetivamente buscar soluções a partir de opções políticas,  
173 destacando que o Consea é um espaço privilegiado para manifestação dessa opção  
174 política que está bastante visível, mas que tem capacidade de expressar uma opção  
175 de garantia de fato à relação fraterna, justa e solidária com a terra. Maria Emília Lisboa  
176 Pacheco, Presidente do Consea, concordou com a Sra. Maria Augusta, reforçando  
177 que a opção política de reconhecer que estão em uma sociedade pluriétnica e que é  
178 dever do Estado o reconhecimento do direito das populações, à luz dos princípios do  
179 direito humano a alimentação, soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional, de  
180 forma que o acesso a terra e os direitos territoriais das populações são condições sine  
181 qua non para que essa Soberania e Segurança Alimentar e nutricional sejam  
182 asseguradas, foi reafirmada no debate no Consea. Colocou que as propostas e  
183 reflexões a Exposição de Motivos vão num sentido de reforçar essa perspectiva. Que  
184 com essa opção política mostram que estão vigilantes, aprimorando e aprofundando o  
185 debate no Consea de uma questão extremamente complexa que está intimamente  
186 ligada com os rumos do desenvolvimento do País. Reforçou que não podem aceitar  
187 retrocessos e que precisam valorizar as conquistas cidadãs que estão na Constituição  
188 Brasileira. Destacou que o debate do Consea é dirigido ao Poder Executivo, ao  
189 Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Em seguida, fez um apanhado das sugestões  
190 e reflexões para as Exposições de Motivos e abriu os debates. Durante os debates, os  
191 Conselheiros puderam fazer os esclarecimentos e aperfeiçoamentos necessários de  
192 vários pontos da Exposição de Motivos. A Presidenta do Consea, Maria Emília Lisboa  
193 Pacheco agradeceu a presença e contribuição de todos e encerrou os trabalhos do

194 dia, desejando um bom descanso a todos. Dia 07 de agosto: Deu-se continuidade aos  
195 trabalhos no dia seguinte, com Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidenta da Consea  
196 Nacional dando boas vindas aos presentes. Em seguida informou que o Encontro  
197 Nacional da IV Conferência +2 será realizado nos dias 18 a 20 de março de 2014; e o  
198 Encontro preparatório para o evento será na mesma data em que será realizada a  
199 Plenária do Consea Nacional, em dezembro, cujo tema central será 'Cooperação  
200 Internacional para Segurança Alimentar e Nutricional. Outra informação foi sobre a  
201 criação da Caisan - Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, no  
202 Estado de São Paulo. Em seguida, com pesar, anunciou o falecimento da  
203 pesquisadora e estudiosa sobre qualidade nutricional dos frutos da Amazônia, Lúcia  
204 Kiyoko Ozaki Yuyama. Maria Emília alertou para a importância da Plenária nesta parte  
205 da manhã: um exercício político e pedagógico importante e desafiador para a  
206 sociedade e Governo. Ao mesmo tempo em que disse que o trabalho se trata de um  
207 documento preliminar, inconcluso, mas que representa avanço e estímulo para a  
208 construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. As  
209 contradições e lacunas serão apresentadas pelas Comissões Permanentes neste  
210 evento. Em seguida, a Mesa foi composta pela Ministra Tereza Campello, Ministério  
211 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Letícia Yanawa, Conselheira no  
212 Consea pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  
213 (COIAB), Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidenta do Consea Nacional, e Kátia  
214 Cilene, Presidenta do Consea Estadual do Amapá. Em seguida passou-se para o Item  
215 3. Apresentação do vídeo sobre frutos da Amazônia, em cujo documentário  
216 especialistas esclareceram acerca dos benefícios dos diversos frutos encontrados na  
217 Amazônia. Após a apresentação do vídeo, foi tratado o Item 4. Soberania e  
218 Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero na Amazônia, começando pelo Subitem  
219 4.4. Reflexões e propostas do Consea, quando Letícia Luiza, Conselheira Nacional do  
220 Consea, e Kátia Cilene, Presidenta do Consea Estadual do Amapá, fizeram a leitura  
221 das Propostas das Comissões Permanentes do Consea ao Estado Brasileiro sobre  
222 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia e Gênero. O documento  
223 tratou de propostas sobre direitos humanos para os povos das águas e das florestas  
224 afetados direta ou indiretamente pela expansão do agronegócio, objetivando garantir  
225 os direitos territoriais e patrimoniais na Amazônia, assim como a sociobiodiversidade e  
226 políticas públicas, financiamento, Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural e  
227 educação, bem como tratou da regulamentação e fiscalização e mercados locais e  
228 institucionais. O documento também tratou da agrobiodiversidade e do acesso aos  
229 recursos genéticos e fortalecimento da inserção de mulheres e jovens nas cadeias  
230 produtivas da sociobiodiversidade e sua agregação de valor. Também tratou da  
231 garantia de mobilidade para os povos ribeirinhos, com transporte gratuito para os  
232 povos que vivem na Amazônia, bem como da reforma urbana nas cidades da  
233 Amazônia Legal. As falas das Conselheiras foram concluídas com a manifestação de  
234 satisfação de a Amazônia estar na pauta do Consea. Em seguida à leitura do  
235 Documento, foi chamado o Subitem 4.5 Reflexões da Ministra Tereza Campello –  
236 Secretária Geral do Consea, Presidenta da Câmara Interministerial de Segurança  
237 Alimentar e Nutricional e Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à  
238 Fome, fazendo considerações e contribuições ao documento. Inicialmente disse que o  
239 Consea é muito feliz em fazer um debate sobre segurança alimentar por biomas, de  
240 acordo com suas especificidades. No caso da Amazônia, a importância se dá,  
241 segundo a Ministra, primeiro pelo quadro de insegurança alimentar presente na  
242 região, frente a uma diversidade de possibilidades de produção de alimentos e por ser

243 uma região aonde o Estado Brasileiro e as políticas públicas não conseguem chegar.  
244 A Ministra ponderou em relação ao documento apresentado, considerando o risco de  
245 não se registrar nele ações de políticas públicas, em especial aquelas que envolvem a  
246 agenda de segurança alimentar na Amazônia. Por isso, a luta é manter e consolidar o  
247 que já foi feito, disse ela. Par isso, é necessário fazer referência no texto de que o  
248 Brasil é o País que mais registrou e garantiu áreas de preservação de  
249 sociobiodiversidade no mundo. Como contribuição, a Ministra considerou importante  
250 não apontar genericamente a necessidade de fomentar compras institucionais ou  
251 avançar na construção de cadeias da sociobiodiversidade, mas sim citar a construção  
252 da PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da  
253 Sociobiodiversidade, uma conquista importante do Governo Lula. Também disse ser  
254 necessário que se agregue a ela outras políticas, pois ela só não dá conta de construir  
255 um mercado que garanta preço justo e fortalecimento de cooperativas de  
256 comunidades extrativistas, indígenas e população ribeirinha que trabalha com  
257 produtos da sociobiodiversidade. A Ministra seguiu falando do Marco Regulatório que  
258 alterou o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, que prevê a compra e prioriza  
259 produtos da sociobiodiversidade, dizendo que a dificuldade se dá por não haver  
260 produção suficiente. Por isso é necessário construir estratégias para o fortalecimento  
261 das questões de manejo e da assistência técnica. A Ministra anunciou que a FUNAI -  
262 Fundação Nacional do Índio e MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário estão  
263 abrindo chamadas públicas de assistência técnica específica para as comunidades  
264 indígenas, no entanto, essas chamadas têm dado vazias porque não tem assistência  
265 técnica voltada para as especificidades exigidas. Para o documento, a Ministra  
266 considerou necessário listar desafios com relação à distribuição de produtos e à  
267 assistência técnica e manejo. Chamando atenção para a necessidade de se debruçar  
268 sobre o manejo, e, da mesma forma, registrar no documento o avanço das compras  
269 públicas. A Ministra discordou do texto, considerando que o Consea deveria se basear  
270 em argumentos e evidências científicas reais e concretas e não em artigos de jornal.  
271 Isso para dizer que o Presidente Lula sancionou um decreto proibindo a plantação de  
272 cana-de-açúcar no bioma amazônico, no bioma pantaneiro e na Bacia do Alto  
273 Paraguai. No mesmo sentido, o Banco Central vedou a concessão de créditos para  
274 produção de cana-de-açúcar nessas regiões. Portanto, a parte do documento onde  
275 menciona a expansão de cana-de-açúcar na Amazônia deve ser corrigido. Solicitou  
276 que o Consea se posicione contrariamente à alteração da lei que proíbe a plantação  
277 da cana nas regiões já mencionadas, pois a modificação dessa lei coloca em risco a  
278 sociobiodiversidade da Amazônia, ao mesmo tempo em que solicitou apoio ao  
279 Decreto do Presidente Lula. A Ministra esclareceu também que o Brasil elaborou um  
280 Zoneamento Agroecológico da Palma no Brasil, regulamentando a expansão do  
281 produto no bioma amazônico, vedando a plantação em qualquer área que não seja  
282 antropizada, e estimulando a produção em áreas degradadas. Foi estabelecido que o  
283 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar não exclua  
284 os agricultores familiares da produção da palma. Também disse ser temerário afirmar  
285 no documento que a palma está aumentando o preço da mandioca no Brasil. A  
286 Ministra se pôs à disposição para fazer um debate sobre a produção de etanol na  
287 Amazônia, com eventual participação de especialistas. Para agregar elementos ao  
288 documento, a Ministra sugeriu ouvir a Agricultura Familiar da região amazônica. Em  
289 seguida, Maria Emília Lisboa Pacheco esclareceu que é preciso de fato o Consea  
290 aprimorar sua metodologia de debates, e disse que não houve tempo hábil para o  
291 Consea se apropriar das informações produzidas pela Câmara Interministerial para

292 elaborar o texto, e, ainda, que é um desafio para Governo e sociedade pensar a partir  
293 dos recortes de biomas. Segundo, disse que foi o debate que trouxe a questão da  
294 cana-de-açúcar à pauta, que originalmente não estava no documento preliminar.  
295 Salientou que falta realmente rigor e menção das fontes, mas que o Consea jamais se  
296 baseou em notas de jornais para fazer seus documentos, mesmo que preliminares.  
297 Em seguida à fala de Maria Emília, a Plenária se manifestou: 1) O Conselheiro  
298 Eduardo Amaral Borges falou da importância do documento e da oportunidade do  
299 diálogo da Sociedade Civil com o Governo sobre programas para tornar o Brasil um  
300 país modelo de desenvolvimento sustentável. Em relação à cana, disse que apesar da  
301 proibição, no Acre, está em pleno vapor a produção de etanol, com uso de agrotóxicos  
302 nos plantios, inclusive tendo comunidades suspeitas de intoxicação por esses  
303 produtos químicos. 2) O Conselheiro Di Araújo reafirmou que existe o plantio de cana-  
304 de-açúcar no Estado do Acre. E por isso os colonizadores estão alugando suas terras  
305 para a empresa de álcool ali implantada, e colocando seus gados na Reserva  
306 Extrativista Chico Mendes, causando grandes problemas na região. 3) O Conselheiro  
307 Paulo Gonçalves informou que tem três usinas de etanol instaladas no Estado do  
308 Tocantins. E a projeção do PPA – Plano Plurianual 2012/2015 é que chegue a 24,  
309 com 600 mil hectares de cana-de-açúcar plantados. Também disse que há um  
310 processo violento de produção de dendê em territórios quilombolas no Pará. E, ainda,  
311 que 90% dos recursos destinados ao agronegócio, no Estado do Tocantins, são  
312 financiados pelo Governo Federal. 4) A Conselheira Cátia Cilene falou da importância  
313 do manejo, dizendo que o Amapá tem uma área imensa de plantação de eucalipto, e  
314 mineradoras devastando as terras e prejudicando a produção da agricultura familiar  
315 da região, causando conflitos agrários. A Conselheira disse reconhecer o que  
316 Governo Lula fez pela região, mas é preciso políticas públicas efetivas, com  
317 responsabilidade e garantias de direito. Para a Conselheira, a grande demanda de  
318 pessoas que chegam na Amazônia a cada momento faz com que a produção local  
319 não dê conta de comportar tanta gente, e com isso aumenta o preço da farinha. Por  
320 todos os problemas enfrentados na região, a Conselheira falou da necessidade de  
321 melhorar e garantir o direito e a qualidade de vida de todos. 5) A Conselheira Letícia  
322 Luiza disse que o povo da Amazônia passa por um processo difícil de produção de  
323 alimentos. Informou que foi convidada pelas mulheres Xerentes para participar de  
324 uma oficina sobre como tirar óleo de dendê, e aquelas mulheres lhe enviaram fotos da  
325 aldeia com grande plantio de dendê. A palavra retornou à Ministra Tereza Campello,  
326 que esclareceu que parte das questões levantadas ela concorda; e que não é  
327 recomendada a expansão do dendê no Acre, e talvez a fala colocada pela  
328 Conselheira Letícia seja uma questão menor e não vinculada ao agronegócio. Sobre o  
329 Estado do Tocantins, disse que a usina que existe ali é antiga, e o Governo não pode  
330 fechá-la, pois o que aconteceu foi a proibição da expansão das usinas. A Ministra  
331 voltou a mencionar que a legislação do dendê e da cana-de-açúcar faz referência ao  
332 Zoneamento Agroecológico, portanto, não é uma questão de geografia política, mas  
333 sim de bioma. E se a usina está expandindo suas atividades, ela está descumprindo a  
334 lei, e isso é ilegal, e não só uma questão de insegurança alimentar ou de intoxicação  
335 das áreas. Falou que se o Estado do Tocantins tem problema com a produção de  
336 etanol com a usina Álcool Brás, esta é antiga, anterior ao Zoneamento Agroecológico.  
337 Portanto, a Ministra aconselhou tomar as medidas necessárias. Ao mesmo tempo,  
338 aconselhou que o documento especificasse as áreas que estão sofrendo com a  
339 expansão da cana-de-açúcar no bioma Amazônico. No caso da expansão do dendê,  
340 está na parte do documento que fala sobre agricultura familiar, dentro do capítulo que

341 fala da expansão do desmatamento, que a Ministra também enfatizou que não está  
342 certo, pois a legislação vedou produzir o dendê no Brasil em área desmatada, desde  
343 2008. A Ministra alertou que se não houver justiça com todos os avanços tidos até  
344 agora, corre-se o risco de retrocesso, e que é necessário ajudar na fiscalização para  
345 evitar que a agricultura familiar seja expulsa para garantir que as empresas se  
346 instalem seguindo normas. Composição da Mesa seguinte: Jurandir Santos de  
347 Novaes, Professora da Universidade Estadual do Maranhão e representante do  
348 Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia; Manuela Carneiro da Cunha,  
349 antropóloga da Universidade de Chicago; Tatiana Deane de Abreu Sá, Doutora em  
350 Ecofisiologia Vegetal e Pesquisadora da Embrapa; Arnaldo Campo, Secretário de  
351 Segurança Alimentar e Nutricional da Sisan do Ministério do Desenvolvimento Social e  
352 Combate a Fome; Paulo Guilherme Cabral, Secretário Nacional de Extrativismo e  
353 Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e representante  
354 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; Michele Lessa, da  
355 Secretaria Executiva da Caisan. Após a composição da Mesa, Maria Emília entregou  
356 à Ministra o livro sobre a Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades  
357 Tradicionais. Após esse momento, a Conselheira Letícia Luiza presenteou Maria  
358 Emília com ornamentos simbólicos do povo indígena. Em seguida entoou um cântico  
359 em sua língua nativa, que simboliza o grito do povo da Amazônia e das comunidades  
360 tradicionais, e de todos os povos do mundo. Maria Emília agradeceu ao povo Inawá e  
361 a todas as etnias indígenas pelo presente. Em seguida, foi apresentado o Item 4.2  
362 Especificidades da Soberania Alimentar na Amazônia e o papel da pesquisa – Tatiana  
363 Deane de Abreu Sá, Doutora em Ecofisiologia Vegetal e Pesquisadora da Embrapa,  
364 que começou sua fala mencionando a importância do Consea no avanço da pesquisa  
365 e especificidades sobre a Soberania Alimentar na Amazônia. Ressaltou que a  
366 Amazônia apresenta diferenciais significativos, para o bem e para o mal,  
367 representando uma riqueza alimentar muito grande. O que se vê na Amazônia é  
368 floresta e água, nas suas variadas formas de transformação em alimentos e outros  
369 meios de produção e economia de exportação. Em termos quantitativo e qualitativo, a  
370 relação dos elementos com as variações populacionais e culturais é o grande  
371 diferencial da Amazônia, tornando-a cada vez mais complexa e rica. A palestrante  
372 comentou que, na Amazônia, além de plantar e criar, há a necessidade de manejar,  
373 no entanto, há dificuldades para executar políticas na região, pela inexistência de  
374 pessoal especializado e de percepções nessa linha. Disse que existe o saber local e o  
375 exercício de empoderamento das questões políticas por parte das lideranças locais,  
376 que mesmo que timidamente estão começando a fazer jus às políticas públicas.  
377 Afirmou que os alimentos da floresta são pouco quantificados em relação à questão  
378 nutricional e alimentar, no entanto, são acessíveis e ricos em micronutrientes, fibras e  
379 outros componentes que comumente faltam na dieta dos povos. Alguns vetores que  
380 contribuem para a insegurança alimentar são o desmatamento, as hidrelétricas, a  
381 pesca artesanal e comercial, a perda de terra pelos agricultores, a mineração, o  
382 assoreamento dos cursos de água e a poluição por agrotóxicos. A palestrante  
383 reafirmou que na região há a expansão de consórcios entre empresas e agricultores  
384 familiares, e a alteração é bastante grande da oferta de alimentos tradicionais e das  
385 roças de mandiocas, que estão sendo reduzidas em função do esforço de trabalho  
386 que é exigido pelas empresas aos agricultores. A oradora mencionou que não só a  
387 Embrapa, mas outros órgãos governamentais e instituições não governamentais estão  
388 trabalhando com pesquisas na região amazônica. A Embrapa é uma instituição  
389 nacional que tem 40 centros de pesquisa espalhados pelo País, sendo 9 deles

390 concentrados na Amazônia Legal. A missão da Embrapa é viabilizar soluções de  
391 pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em  
392 benefício da sociedade brasileira. Portanto, cabe a todos cobrar que tal missão seja  
393 cumprida. A oradora fez uma explanação das atividades da Embrapa na região da  
394 Amazônia Legal. Os eixos de atuação dos Centros Ecorregionais da Embrapa na  
395 Amazônia são responsáveis pelo 1) Ordenamento, monitoramento e gestão em  
396 territórios; 2) Manejo, valoração e valorização dos recursos naturais; 3) Sistemas de  
397 produção sustentáveis para áreas alteradas e sua consolidação; 4) Agregação de  
398 valor a produtos. Também disse que a Embrapa tem várias frentes que atuam na linha  
399 da Segurança e Soberania Alimentar, e algumas contemplam a questão do manejo  
400 ligado à água e à floresta. E outros projetos interessantes estão surgindo, e outros  
401 fazem parte da Rede Nacional de Agroecologia, em alguns Estados. Não são apenas  
402 os centros regionais da Embrapa que trabalham com o tema da alimentação, a  
403 Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, ao longo do tempo, tem trabalhado em  
404 temáticas que convergem com SAN, assim como a Embrapa Hortaliças. Também há  
405 várias políticas públicas que citam desafios para a Embrapa, como o Plano Nacional  
406 de Segurança Alimentar e Nutricional e o Planapo - Plano Nacional de Agroecologia e  
407 Agricultura Orgânica. A Embrapa tem uma vertente forte na Amazônia, analisando seu  
408 papel na implantação e execução do Código Florestal. A oradora disse acreditar que a  
409 Segurança Alimentar pode ter um espaço bastante forte dentro da Embrapa para que  
410 sejam contempladas espécies que darão suporte à Segurança Alimentar e Nutricional.  
411 Tatiana Sá concluiu sua fala abordando algumas demandas de trabalho da Embrapa,  
412 como pesquisa com enfoque participativo e transdisciplinar; Agrobiodiversidade e  
413 sociobiodiversidade; Caracterização nutricional de alimentos e dietas tradicionais das  
414 populações distintas; Manejo adaptativo das florestas, visando a utilização sustentável  
415 de alimentos; Hortaliças, condimentos e tubérculos nativos ou tradicionais; Hortas  
416 urbanas e periurbanas; Fruteiras regionais; Logística de armazenamento, transporte e  
417 conservação de alimentos; Processamento de produtos, visando a Segurança  
418 Alimentar e Nutricional; Disponibilização de tecnologias e conhecimentos apropriados  
419 para a agricultura familiar e assentados da reforma agrária, povos indígenas. Em  
420 seguida, foi apresentado o Item 4.1. Nova configuração socioterritorial dos povos e  
421 comunidades tradicionais na Amazônia – Jurandir Santos de Novaes, Professora da  
422 Universidade Estadual do Maranhão e representante do Projeto Nova Cartografia  
423 Social na Amazônia, apresentou o Projeto mencionado, coordenado, juntamente com  
424 outras 10 universidades e movimentos sociais do Brasil, pelo professor Alfredo  
425 Wagner Berno de Almeida, antropólogo da Universidade Estadual e Federal do  
426 Amazonas. O projeto está espalhado em algumas regiões do Brasil, tendo como  
427 princípio a auto representação dos povos. O projeto vem sendo realizado desde 1993,  
428 tendo como primeiro material produzido, um mapa e o livro ‘Guerra dos Mapas’, onde  
429 consta expressão de símbolos e situações sociais não encontradas em mapas oficiais.  
430 A oradora informou que em 2005, foi realizado o ‘Guerra Ecológica dos Babaçuais’,  
431 envolvendo as quebradeiras de babaçu do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. Nesse  
432 mesmo ano, o projeto se associou às Universidades Estadual e Federal do Maranhão,  
433 através de dois programas de pós-graduação. Em 2012, começou a discussão com a  
434 Universidade Federal de Minas Gerais para a implantação de um programa de Pós-  
435 Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, que começará a primeira  
436 turma em 15 de agosto de 2013, tendo como alunos, preferencialmente pessoas  
437 engajadas política e socialmente na luta pelos direitos de povos e comunidades  
438 tradicionais. A partir de 2011, o Projeto Nova Cartografia Social, teve continuidade

439 com o 'Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o  
440 Desmatamento e a Devastação', que contou com recursos do Fundo Amazônia. A  
441 partir de 2009, o Projeto "Territórios, Identidades Coletivas e Direitos dos Povos  
442 Tradicionais Face às Intervenções Desenvolvimentistas na Pan Amazônia" envolveu  
443 outros países na Pan Amazônia. Os produtos resultantes de todo esse processo  
444 foram: 40 livros, 129 fascículos + 3 no prelo, 5 mapas-síntese, 5 boletins informativos,  
445 3 cadernos de debates "Nova Cartografia Social" e 16 vídeos. Os fascículos estão  
446 organizados em 11 coleções que tratam da identidade dos povos, apontando para  
447 uma nova forma de debate de como o projeto vê a Amazônia, não por uma postura  
448 descritiva ou narrativa dos seus aspectos físicos, biológicos e naturais, mas por uma  
449 combinação da luta cotidiana por garantias de sobrevivência e expressão de suas  
450 múltiplas identidades. O projeto busca registrar as práticas sociais dos povos e  
451 comunidades tradicionais por meio de uma luta pelo recorte político, trabalho  
452 acadêmico e fortalecimento das identidades. A oradora informou que foi feita a  
453 identificação de grupos na Amazônia, que vivem conflitos diversos, e uma pesquisa  
454 que ainda está em curso é sobre os expropriados da Usina Hidrelétrica de Tucuruí,  
455 onde o povo vive em ameaça pela ação depredatória desse projeto, inclusive pela  
456 insegurança alimentar pela mortandade do pescado da região e pela proibição de os  
457 ribeirinhos pescarem na cabeceira da hidroelétrica e pela perda de terra causada pelo  
458 processo de assoreamento das margens do Rio Tucuruí. A professora Jurandir Santos  
459 de Novaes concluiu sua fala apresentando o que chamou de 'Resultados  
460 Evidenciados do Projeto', considerando que as práticas dos povos e comunidades  
461 tradicionais são referidas aos diversos usos dos recursos onde vivem e se  
462 reproduzem, e por meio de uma relação direta entre seu modo de vida, mostrando  
463 uma interdependência estreita entre povos e comunidades tradicionais e recursos  
464 florestais, hídricos, minerais. Disse que a pedagogia de fascículos foi considerada a  
465 mais apropriada, por ser fruto de uma negociação entre a prática acadêmica e os  
466 saberes tradicionais. A oradora se pôs à disposição para trocas de interlocução e  
467 contribuição do Projeto com o Consea. Em seguida, passou-se para o Item 4.3  
468 Potencialidades da política de salvaguarda do patrimônio imaterial: a experiência do  
469 sistema agrícola tradicional no Rio Negro – Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga  
470 da Universidade de Chicago, apresentou a experiência do Sistema Agrícola do Rio  
471 Negro como patrimônio imaterial. A oradora informou que foi incumbida, pelo  
472 Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, de estabelecer as bases de um  
473 programa permanente de colaboração entre detentores de conhecimentos tradicionais  
474 e a Academia. Um enorme desafio, segundo ela, por ser este projeto uma reclamação  
475 dos acadêmicos que trabalham na Amazônia e das populações tradicionais que ali  
476 vivem, dizendo não ter ciência para a Amazônia. Por não ser um trabalho fácil, será  
477 realizado um projeto piloto, com apoio de pesquisas já existentes na região e  
478 colaboração das populações tradicionais do Rio Negro. Esse projeto tem a ver com a  
479 Segurança Alimentar e Nutricional mundial e das populações do Rio Negro. A  
480 palestrante informou que pelas questões alimentares mundiais, a Comunidade  
481 Internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, criou bancos de  
482 germoplasmas para guardar plantas com possibilidades de germinação. No entanto,  
483 por não ser suficiente conservar em bancos genéticos, a FAO, em seu Tratado de  
484 Recursos Genéticos de Plantas para Alimentação, recomenda também a conservação  
485 *in situ* e conservação pelos agricultores. Na fala da oradora, foi mencionada a  
486 questão da mandioca, tida como problema de Segurança Alimentar internacional  
487 mundial, pois 500 milhões de pessoas no mundo têm como alimento base esse

488 produto, sendo 20% desse número no Brasil. Sobre o Rio Negro, a oradora informou  
489 que ali existe uma enorme variedade de mandioca. E essa variabilidade toda existe  
490 por motivos basicamente culturais: troca, entre os povos da região, das variedades da  
491 planta e reprodução sexuada. Sobre a Segurança Alimentar no Rio Negro, informou  
492 que uma pesquisa realizada em três etnias da região chegou-se à conclusão que as  
493 pessoas que vivem de forma tradicional não têm problemas de alimentação, ou seja,  
494 quanto menos tradicional o modo de vida, maior o problema da alimentação. Pela  
495 importância do sistema agrícola baseado em trocas, pesquisas e valorização de  
496 coleções, foi proposto ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional  
497 que tal argumento constasse do Livro do Patrimônio Imaterial Brasileiro. E em 2010,  
498 pela primeira vez o IPHAN reconheceu um sistema agrícola que produz variedades  
499 agrícolas. Em seguida, a palestrante ressaltou as ameaças de projetos no Amazonas  
500 e no Rio Negro, com medidas para o aumento da produção agrícola. No entanto,  
501 essas medidas são todas envolvendo aumento de produção e não de  
502 agrobiodiversidade. Outra preocupação sobre esse assunto é que não existem  
503 técnicos para lidar com agriculturas diferenciadas para a sociodiversidade. Segundo a  
504 oradora, um outro problema enfrentado pela população é a escola, um fator de  
505 desagregação, aculturação e miséria do povo. Primeiro porque induz a migração de  
506 famílias inteiras para as sedes municipais, para que os filhos tenham acesso a uma  
507 educação voltada para o funcionalismo público. A merenda escolar também é  
508 preocupante, pois desrespeita a sociobiodiversidade ao não comprar alimentos locais  
509 suficientes nas comunidades. E quando isso acontece, são alimentos industrializados,  
510 causando mudança nos hábitos alimentares locais. Outra ameaça que a escola traz é  
511 a completa separação dos conhecimentos tradicionais dos conhecimentos aprendidos  
512 nas escolas. O projeto piloto já mencionado tenta equacionar essas várias dimensões,  
513 chamando voluntários para pesquisas, valorizando os alimentos da floresta, fazendo  
514 manejo adaptativo. O projeto também mostrará como é possível, apesar das  
515 dificuldades, juntar gente com populações tradicionais e tentar aprender, ensinar e  
516 chegar a conclusões adaptadas para o bioma amazônico e seus sub-biomas. A  
517 oradora concluiu sua fala fazendo um apelo para que as pessoas suscitem o interesse  
518 por uma colaboração real entre as populações. Pelo fato de o sistema agrícola do Rio  
519 Negro ser considerado patrimônio imaterial, esta é a única barreira que se apresenta  
520 para iniciativas consideradas cheias de vontade, no entanto, equivocadas, de  
521 aumentar a produção. Por isso, a expositora solicitou ajuda do Consea contra essa  
522 iniciativa. Ao final da fala da oradora, Maria Emília afirmou que o Consea pretende  
523 estreitar os elos com o Projeto Nova Cartografia. Em seguida foi apresentado o Item  
524 4.6. Apresentação das ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
525 na Amazônia– Paulo Guilherme Cabral, Secretário Nacional de Extrativismo e  
526 Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e representante  
527 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, apresentando as  
528 contribuições da Caisan ao debate, como o aprimoramento da estratégia de  
529 identificação e caracterização das famílias pertencentes a povos e comunidades  
530 tradicionais no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;  
531 identificando quem são e onde estão essas populações para poder estender as  
532 políticas públicas alvo da presente discussão. Para isso, disse que em 2012, foi  
533 lançada a Versão 7 do CadÚnico para o acesso das populações a esse conjunto de  
534 políticas públicas. Para que isso aconteça, ações estão sendo desenvolvidas para a  
535 identificar os grupos populacionais e suas localizações. As ações citadas foram  
536 capacitações de gestores para identificação e abordagem dos grupos populacionais;

537 cruzamento do CadÚnico com outros cadastros dos órgãos federais; o lançamento do  
538 Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos; e a realização de  
539 Oficinas de Busca Ativa e Mutirões Bolsa Verde, esta última, acontecendo no Estado  
540 do Pará, com pretensões de se estender até o Estado do Amazonas. O objetivo do  
541 Programa Bolsa Verde é retribuir as famílias que conservam a biodiversidade.  
542 Objetivando a ampliação da participação de agricultores familiares, assentados da  
543 reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades  
544 tradicionais no abastecimento dos mercados institucionais, em 2012, 12% dos  
545 recursos financeiros do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foram executados  
546 na região da Amazônia Legal, beneficiando cerca de 24.639 agricultores. Também  
547 nesse período foram realizadas 10 oficinas de capacitação, específicas para  
548 agroextrativistas de Resex da região amazônica, com parceria da Companhia  
549 Nacional de Abastecimento – CONAB e Instituto Chico Mendes de Conservação da  
550 Biodiversidade - ICMBio, com o intuito de ampliar e melhorar o acesso aos mercados  
551 institucionais. Também houve a institucionalização da Declaração de Aptidão para  
552 povos Indígenas (DAP I), e a realização do Projeto Mais Gestão, que também faz  
553 parte das demandas de apoio à organização de produtores e extrativistas para  
554 agroindustrializar a produção comercial. O Projeto apresenta uma Ater diferenciada,  
555 no entanto, a dificuldade se apresenta quando da contratação de assistência técnica  
556 nessas regiões. O orador informou que também existe na região amazônica um  
557 Projeto de Atendimento Móvel Fluvial, idealizado pela Conab, para recepcionar e  
558 comercializar pescados. No campo da promoção do modelo de produção, extração e  
559 processamento de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização  
560 da agrobiodiversidade, o palestrante informou que será lançada a Política Nacional de  
561 Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, e a elaboração do Plano Nacional de  
562 Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, que será lançado no próximo 21 de  
563 agosto, consagrando assim um conjunto grande de iniciativas para promoção da  
564 agroecologia e produção orgânica. Outras ações foram mencionadas, tais como  
565 estratégias de parcerias entre MMA e Embrapa para articulação e elaboração de  
566 projetos de agrobiodiversidade, apoio a bancos comunitários de sementes no Bioma  
567 Amazônia e permissão de aquisição e doação de sementes, mudas e materiais  
568 propagativos para a alimentação animal a beneficiários consumidores e fornecedores.  
569 O orador destacou a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da  
570 Sociobiodiversidade - PGPM-Bio, uma política inovadora de inclusão de produtos com  
571 estabelecimento de preços mínimos. O Programa de Aquisição de Alimentos adquiriu,  
572 em 2012, mais de R\$ 29 milhões de reais em produtos da sociobiodiversidade, com  
573 122 tipos de produtos identificados atendidos pelo PAA. Aumento do limite de  
574 participação por beneficiário fornecedor do PAA que, nas aquisições realizadas por  
575 meio de organizações, ou seja, um estímulo para as populações se organizarem  
576 através de associações e cooperativas. Em seguida, foi apresentado um quadro  
577 demonstrativo do potencial de desenvolvimento de negócios associados aos ativos da  
578 biodiversidade brasileira. Também foi apresentado um mapa demonstrando os  
579 Arranjos Produtivos Locais apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente nos Estados do  
580 Amazonas e outras regiões. Ainda no campo da Promoção da segurança alimentar e  
581 do etnodesenvolvimento dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e  
582 comunidades tradicionais, faz parte das recomendações colocadas a promoção de 10  
583 cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Em seguida, sobre a Política Nacional de  
584 Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas - PNGATI, foram apresentados os  
585 programas apoiados pela Funai, em 2012. O palestrante informou que está em curso

586 a contratação de cerca de 10 a 15 projetos de Planos de Gestão Ambiental e  
587 Territorial nas terras indígenas, que ajudam a Segurança Alimentar dentro das terras  
588 indígenas. A próxima informação disse respeito ao acesso à água para produção e  
589 consumo humano. Houve a publicação de um Edital de Chamamento Público, em  
590 2012, a fim de implementar tecnologias capazes de ofertar água em quantidade e  
591 qualidade suficientes para garantir da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias  
592 residentes na zona rural de municípios da região Norte. Foram selecionados projetos  
593 nos Estados do Acre, Amazonas e Pará. Sobre o Programa Nacional de Alimentação  
594 Escolar – PNAE, o destaque foi para diretrizes fundamentais que promovem o direito  
595 à alimentação adequada das populações indígenas e quilombolas. Segundo Paulo  
596 Guilherme, o PNAE atende cerca de 232.662 alunos indígenas, perfazendo um valor  
597 de R\$ 28.014.672,00, e 3.076 escolas indígenas cadastradas no Sistema Integrado de  
598 Gestão da Alimentação Escolar. Outra informação apresentada foi sobre o Programa  
599 Nacional de Suplementação de Ferro na Amazônia Legal, quando o Ministério da  
600 Saúde enviou, no primeiro semestre de 2012, medicamentos de ferro para cobrir 20%  
601 das crianças menores de 2 anos nos Estados que compõem a Amazônia Legal, sem  
602 distinção do porte populacional dos municípios. Em 2013, houve a pactuação na  
603 Comissão Intergestores Tripartite da Portaria que dispõe sobre as normas de  
604 execução e de financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no  
605 âmbito do Sistema Único de Saúde. Sobre a cana-de-açúcar na Amazônia, o orador  
606 disse ser de fato o momento atual crucial, pois existe um ataque ao Decreto 6.961, do  
607 Presidente Lula, desde sua edição, e uma luta para que seja mantido o Decreto.  
608 Segundo Paulo Guilherme, é importante agregar ao Documento exposto nesta  
609 Plenária informações em relação à biodiversidade, ao Protocolo de Nagoya e à  
610 questão do desmatamento, tanto em relação ao dendê quanto à cana-de-açúcar.  
611 Intervalo para o almoço. Na parte da tarde deu-se continuidade aos trabalhos, com o  
612 Item 4.7. Debate e encaminhamentos do assunto exposto, tendo a Plenária se  
613 manifestado a respeito das apresentações e falas dos expositores. Foi lembrado por  
614 Maria Emília Pacheco que este debate não chegará a nenhuma formulação de  
615 proposta, pois o documento está sendo construindo a partir das reflexões e propostas.  
616 Em seguida a Plenária fez uso da palavra: 1) O Conselheiro José Gonçalves Mesquita  
617 criticou a prática de um País que traz progresso e bem estar para muitos e condena  
618 outros. Esse tipo de prática precisa ser revista ou abolida. Segundo ele, ou condena-  
619 se todos ou promove-se o bem estar de todos. 2) O Conselheiro Pedro José Farias  
620 Souza Neto falou da dificuldade que passa o povo do Rio Negro, por causa da  
621 qualidade da água e da dificuldade de pescar devido à quantidade de unidades de  
622 conservação criadas no Estado, inviabilizando a pesca na região e levando aquele  
623 povo à miséria. Outras dificuldades enfrentadas na região amazônica foram  
624 mencionadas pelo Conselheiro. 3) A Conselheira Maria Alaídes Alves de Souza disse  
625 que o Consea, com esta Plenária, enriqueceu as reflexões e debates sobre a  
626 realidade dos povos e comunidades tradicionais. Fez uma série de questionamentos e  
627 observações às falas dos palestrantes, questionando o que se pode fazer para colocar  
628 as formas de sustentabilidade para as escolas/famílias que têm essa política de  
629 educação pedagógica voltada para os povos e comunidades tradicionais. 4) O  
630 Professor Ennio Candotti questionou sobre quais são os instrumentos para avaliar e  
631 distinguir os diferentes casos e respostas que se obtêm na implementação das  
632 soluções e políticas apresentadas no documento. 5) O Conselheiro Paulo Gonçalves  
633 falou da importância de se ter ações e escalas de intervenção que acarretem  
634 mudanças substanciais na Amazônia, no caso das políticas de pesquisa e

635 desenvolvimento. 6) A Conselheira Sandra Regina Monteiro falou da importância de  
636 uma educação diferenciada, que dialogue com os saberes populares e conhecimentos  
637 tradicionais das populações que vivem no campo, e da importância da troca de  
638 sementes e variedades pelas mulheres. 7) A Conselheira Kelly P. de S. Alves  
639 mencionou a educação como uma questão fundamental para uma mudança cultural,  
640 fazendo críticas aos parâmetros curriculares nacionais, que tem a mesma base  
641 educacional para todos os povos. 8) O Conselheiro Eduardo Amaral Borges falou da  
642 necessidade de ser trabalhada a diversidade cultural e o acesso aos diversos  
643 conhecimentos produzidos na Amazônia. 9) A Conselheira Elisa, da ActionAid Brasil  
644 solicitou que o Consea se manifeste contra a aprovação do Projeto de Lei que aprova  
645 plantação de cana-de-açúcar em áreas desmatadas da Amazônia. 10) O Conselheiro  
646 Írio Luiz Conti solicitou mais informações sobre o significado e o poder de replicação  
647 da patrimonialização dos sistemas agrícolas, particularmente em relação aos povos e  
648 comunidades tradicionais. 11) A Conselheira Michele Lessa informou que o trabalho  
649 realizado nesta Plenária foi importante para a Caisan, pois do Plano de SAN fez-se  
650 um recorte regional por biomas. Informou que o orçamento dos povos e comunidades  
651 tradicionais é para ações de monitoramento. Falou do esforço dos Ministérios para  
652 encaminhar dados para subsidiar o Consea neste debate, e que a cultura de avaliação  
653 das políticas públicas é recente, e cada política tem uma forma de avaliar suas ações.  
654 Michele seguiu fazendo uma explanação sobre as ações do MDS - Ministério do  
655 Desenvolvimento Social e Combate à Fome aos programas de fomento mais voltados  
656 para créditos a fundo perdido para a produção de alimentos. Sobre as ações de  
657 educação, esclareceu que foi feito um recorte no Plano voltado para a alimentação  
658 escolar. Disse que as informações estão sendo publicizadas no Portal da  
659 Transparência. 12) A Conselheira Elza Maria Franco Braga falou sobre os editais,  
660 mencionando que eles têm que contemplar as populações, povos e comunidades  
661 tradicionais. Para isso, é necessário ter um marco regulatório para esses povos. 13) A  
662 Conselheira Terezinha Dias informou que a UnB informou que finalizou, neste ano, o  
663 primeiro mestrado em sustentabilidade de povos em terras indígenas, e todos os  
664 formandos já trabalham em questões indígenas. Disse também que o sistema de  
665 patrimonialização é uma ação pioneira, que começou na Terra Krahô, e em 1997  
666 aconteceu a primeira feira indígena no Brasil, sob um método participativo de  
667 promoção e conservação da agrobiodiversidade. A partir dessa feira, outros povos  
668 resolveram realizar seus encontros. Assim, a Conselheira propôs ao Consea tratar  
669 das questões que envolvem variedades tradicionais na Embrapa. 14) O Conselheiro  
670 Eduardo Amaral Borges falou ser de extrema importância discutir e avaliar tudo que  
671 foi colocado nesta Plenária. A luta é constante e necessária. Parabenizou Maria  
672 Emília pela paciência e astúcia na condução desta Mesa. 15) O Conselheiro José de  
673 Arimateia Rodrigues França demonstrou preocupação com o que o Consea Nacional  
674 e os demais Conseas podem estar efetivamente fazendo para auxiliar a sociedade a  
675 fazer jus ao seu direito humano à alimentação. Um desafio é incentivar as  
676 comunidades no enfrentamento político e social. 16) A Conselheira Albaneide Maria  
677 Lima Peixinho disse que do ponto de vista do avanço do Programa de Alimentação  
678 Escolar, a Caisan já colocou, em relação às populações mencionadas nesta Plenária,  
679 os percentuais diferenciados já repassados. No entanto, não basta para o Governo  
680 Federal saber que está sendo repassado mais recursos aos indígenas e às  
681 populações tradicionais, especificamente aos quilombolas, quando na realidade é  
682 verificado que o repasse não tem a efetividade desejada. Por isso, informou que foi  
683 criado este ano um Grupo de Trabalho Indígena, a partir da relação problemática

684 entre gestores da educação e a comunidade indígena no repasse dos recursos  
685 financeiros para a compra da Agricultura Familiar, e a falta de documentação dessas  
686 comunidades. Outra dificuldade apresentada é a relação entre o que se propõe nos  
687 cardápios e o que efetivamente os indígenas querem e aceitam. Há uma relação difícil  
688 de mudança de hábito, principalmente para os escolares menores, que ainda  
689 preferem os enlatados e não querem a reeducação alimentar, apesar de essa posição  
690 não ser generalizada. Solicitou apoio ao Consea para aprofundar as discussões sobre  
691 o assunto e ter mais estudos para que a política possa ser balizada. Para finalizar, a  
692 Conselheira informou que foi lançado um edital para as Universidades e Institutos  
693 Federais que queiram ser Cecanes - Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição  
694 Escolar ou Unidades Acadêmicas Especializadas, em que as Universidades se  
695 habilitam ao FNDE e apresentem propostas de trabalho a partir de uma tabela de  
696 referência. 17) A Conselheira Patrícia, do Ministério do Planejamento, informou que a  
697 Secretaria do Patrimônio da União, juntamente com o Instituto Chico Mendes de  
698 Conservação da Biodiversidade tem trabalhado na regularização das Reservas  
699 Extrativistas; e com o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem  
700 avançado em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas na Amazônia; e tem tido  
701 parcerias com os quilombos situados nas áreas inundáveis de gestão do patrimônio  
702 da União. A Conselheira propôs uma visita técnica do Consea ao sul do Amazonas.  
703 Disse também que o Ministério do Planejamento está construindo uma parceria com a  
704 Cartografia Social, e que foi proposto à Caisan e ao Consea que apoiem a Cartografia  
705 Social no alcance da regularização fundiária. A oradora questionou sobre a relação  
706 dos conhecimentos tradicionais com a segurança ou insegurança da posse na região  
707 do Rio Negro. A palavra retornou à Mesa, com a manifestação de 1) Tatiana Deane  
708 de Abreu Sá mencionando a importância de se analisar e propor questões de arranjos  
709 de políticas públicas. O tema abordando sobre a diversidade da Amazônia é um tema  
710 que permite várias vertentes, segundo ela, portanto, é importante aproveitar exercícios  
711 que garantam escala. A palestrante sugeriu análise dos avanços de escala. Falou que  
712 a Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura procurou a  
713 Embrapa para firmarem acordo. A Contag também se propôs a trabalhar com o Car -  
714 Cadastro Ambiental Rural. 2) Paulo Guilherme Cabral informou que a Caisan elaborou  
715 a apresentação feita a partir de uma coletânea de ações implementadas pelo PlanSan  
716 - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Falou das dificuldades para  
717 implementação das políticas públicas na Amazônia, e que elas precisam ser  
718 aprimoradas e intensificadas. Falou da necessidade de melhorar o acesso à  
719 informação. Segundo o orador, o Governo deve prestar informações e construir outro  
720 modelo de sociedade mais participativa e um Estado mais presente e mais forte na  
721 implementação das políticas que a sociedade precisa. 3) Manuela Carneiro da Cunha  
722 falou da necessidade de inovação e vontade política. Sobre a questão da escala,  
723 disse ser um problema das políticas para as minorias. E quanto à iniciativa do  
724 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disse não passar de uma promessa,  
725 pois não há garantias de que será implementado. No entanto, esse foi o único projeto  
726 que o MCTI colocou no Plano Plurianual, o que demonstra haver vontade política. A  
727 oradora considera importante não só a avaliação, mas também seus critérios, e não  
728 somente pela execução orçamentária, mas também pelo alcance de seus objetivos.  
729 Sobre a educação no Alto Rio Negro, Manuela Cunha disse que se instalaram várias  
730 escolas diferenciadas, com calendários sazonais de atividades, que funcionaram bem  
731 enquanto educação primária, mas enquanto educação secundária, o Estado do  
732 Amazonas não concordou com a forma utilizada no primário. Quanto à Assistência

733 Técnica, os saberes locais devem ser valorizados e não simplesmente ensinados aos  
734 extensionistas como terem sensibilidade sociocultural, mas juntar equipes de  
735 cientistas e pesquisadores com as pessoas de cada lugar, com diálogos entre os  
736 especialistas dos diversos saberes. A oradora propôs às pessoas irem a campo e  
737 perguntarem o que está dificultando a implementação das políticas. 4) Jurandir Santos  
738 de Novaes considerou que o debate tem apontado para a necessidade de se pensar  
739 formas de tomada de decisão e de reconhecimento das formas de viver e das práticas  
740 cotidianas dos povos e comunidades tradicionais. Sobre a escala, a oradora disse ser  
741 uma questão política e não de espaço físico. Ao final das falas da Mesa, Maria Emília  
742 Lisboa Pacheco realçou que algumas propostas apresentadas são desafiadoras, e a  
743 ideia de visita técnica ou de grupos de força-tarefa é uma missão também para os  
744 Presidentes(as) dos Conseas Estaduais, segundo ela, para identificarem situações  
745 que permitam aprofundamento das políticas e programas para que haja garantias de  
746 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de direitos territoriais e  
747 democratização do acesso à terra. Como ferramenta para uma política de estado e  
748 regularização fundiária, foi sugerido utilizar-se do Projeto Cartografia Social. Um  
749 desafio apresentado foi pensar o pioneirismo do sistema agrícola do Alto Rio Negro  
750 como patrimônio imaterial. Maria Emília viu com entusiasmo a perspectiva de reforçar  
751 o papel da Embrapa no Consea. Concluiu sua fala agradecendo a contribuição dos  
752 oradores neste evento, com votos de replicação deste evento. Em seguida, Valéria  
753 Buriti, Secretária Executiva do Consea Nacional, declarou-se orgulhosa por compor a  
754 Secretária Executiva do Conselho no momento desta Plenária. Agradeceu ao IPHAN -  
755 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, à SPU, ao ICMBio e à Embrapa.  
756 Segundo ela, foi fundamental a participação dos Conselheiros(as) amazônidas, que  
757 trouxeram para o documento questões estruturantes vividas por povos e comunidades  
758 tradicionais. Agradeceu à Presidenta Maria Emília, pela sua contribuição ao  
759 Documento. Agradeceu também à Conselheira Sônia Lucena pelas pesquisas  
760 realizadas para o Documento. Fez um agradecimento especial a toda equipe da  
761 Secretaria Executiva do Consea pelos trabalhos desempenhados. Após dispensar os  
762 palestrantes, deu-se continuidade aos trabalhos com a apresentação do Item 5.  
763 Apresentação do novo Site do Consea – José Marcelo Torres Batista – Assessoria de  
764 Comunicação do Consea, que apresentou as ferramentas do novo site do Consea,  
765 dizendo que a mudança se deu pela necessidade de atender as demandas  
766 apresentadas pelos membros do Consea e por questões identificadas pela Secretaria  
767 Executiva. Em seguida, foram apresentadas as páginas do novo site, que está mais  
768 estável e mais seguro. Não foi tratado o Item 6. Desdobramentos da X Plenária:  
769 Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – Michele Lessa–  
770 Secretaria Executiva da Caisan. Em seguida foi apresentado o Item 7. Aprovação de  
771 propostas de Exposições de Motivos e/ou Recomendações das Comissões  
772 Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes(as) dos  
773 Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias. 1) CP  
774 3 - Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável - Carlos Eduardo  
775 O. de S. Leite informou que a Comissão refletiu sobre o Projeto de Lei Abastecimento,  
776 que está na Casa Civil desde abril. Sugeriu que a Secretaria Executiva acompanhe a  
777 questão. Informou que a Comissão teve informações sobre o lançamento de um edital  
778 sobre Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar, envolvendo  
779 recursos de Equipamentos Públicos e da agricultura urbana. Solicitou informações  
780 mais claras sobre a questão. Disse que o Consea fez uma reunião do Grupo de  
781 Trabalho de Agricultura Urbana, que está reconstruindo um diálogo sobre o tema da

782 agricultura urbana e periurbana com o Governo. Por último, o Conselheiro lamentou a  
783 ausência do MDA, CONAB e FNDE na reunião da Comissão. Em seguida o  
784 Conselheiro fez a leitura da Recomendação ao Congresso Nacional, em particular ao  
785 seu Presidente, Deputado Henrique Alves (PMDB/RN), que proceda ao  
786 desapensamento imediato do PL 5263/2013 e ao PL 5575/2009 e suspenda este  
787 último, que dizem respeito à Tecnologia Terminator ou Tecnologias de Restrição de  
788 Uso Genético. A recomendação foi aprovada. Por fim, saudou a maturidade que a  
789 Plenária do Consea teve neste dia de trabalho, no sentido de saber o seu lugar  
790 político e social de contribuir com a construção das políticas públicas de segurança  
791 alimentar no Brasil, e a qualidade das respostas à fala do Governo. Animou a todos,  
792 dizendo que os(as) Ministros(as) passam, o Governo passa, mas a sociedade fica  
793 para construir a política pública brasileira. 2) CP 2 - Macrodesafios Nacionais e  
794 Internacionais - Gleyse Maria Couto Peiter solicitou apoio à candidatura da  
795 colombiana Sofia Suarez à Relatoria Especial das Nações Unidas para o Direito  
796 Humano à Alimentação. Para isso, será necessário um ofício do Consea ao Ministério  
797 de Relações Exteriores apoiando a candidatura. O apoio foi acatado pela Plenária. 3)  
798 CP 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Aldenora Pereira Silva informou que  
799 neste ano o tema da FAO para o Dia Mundial da Alimentação será 'Sistemas  
800 Alimentares Saudáveis'. Então será feito um movimento de panfletagem e reflexão  
801 nos Estados sobre o novo PAA. Nesse momento também será feita uma mobilização  
802 sobre o Protocolo Facultativo, para que a Presidenta da República possa assiná-lo.  
803 Foi proposto para a primeira Plenária de 2014 tratar do Judiciário. Ainda, em  
804 comemoração à Semana Mundial da Alimentação, será realizada, na Plenária de  
805 outubro corrente, um momento político simbólico. 4) CP 5 - SAN da População Negra  
806 e de Povos e Comunidades Tradicionais - Edgar Aparecido de Moura informou que a  
807 Comissão aprovou as propostas sobre a Amazônia contidas no documento das  
808 propostas das Comissões Permanentes do Consea sobre Soberania e Segurança  
809 Alimentar e nutricional na Amazônia e Gênero. Disse que foi realizada uma reunião  
810 que tratou das questões que envolvem pesca e insegurança alimentar, quando foi  
811 solicitado aos Estados envolvidos que mandem relatos de seus principais gargalos  
812 que envolvem o tema. O produto da discussão será apresentado à Mesa Diretiva. E a  
813 partir do encaminhamento da Mesa Diretiva será realizada uma reunião ampliada  
814 junto ao Consea Nacional. Informou que foi solicitado apoio da CP5 e do Consea ao  
815 PL 7.447 e ao PL 1.176, para manutenção dos projetos. 5) CP 6 - SAN dos Povos  
816 Indígenas - Antônio R. D. da Costa fez a leitura da recomendação ao Ministério da  
817 Justiça, solicitando proteção, garantia e promoção dos direitos territoriais e  
818 patrimoniais dos povos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. A Conselheira  
819 Daniela Sanches Frozi complementou as informações da Comissão dando  
820 conhecimento de que houve aprofundamento da preparação da comitiva de visita aos  
821 povos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. Foram definidos como integrantes  
822 da comitiva: Consea, FUNAI, MDS, SESAI, Ministério Público Federal, CNS, CNJ e  
823 Conselhos Estaduais. Disse que toda a metodologia do processo de escuta será  
824 organizado pelos indígenas Guarani Kaiowá e Terenas, e será realizado nos dias 2 a  
825 6 de setembro de 2013. A Conselheira Letícia Luiza solicitou que a Presidenta Dilma  
826 receba uma comitiva do Consea Nacional, especificamente para tratar do tema de  
827 Segurança Alimentar e Nutricional indígena. 6) CP 7 - Consumo, Nutrição e Educação  
828 - Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade informou que o GT de Publicidade e  
829 Alimentos apresentou à Comissão solicitação de assinatura de todos os  
830 Conselheiros(as) para um abaixo assinado, pedindo a remoção imediata da

831 campanha publicitária 'Energia Positiva', veiculada no Brasil pela Coca-Cola. Essa  
832 campanha foi proibida por órgãos do México e Reino Unido por ser considerada  
833 enganosa e trazer riscos à saúde humana. A Conselheira solicitou sugestão de nomes  
834 para o tema da próxima Plenária, que tratará de consumo. Informou que o GT Gênero  
835 deixou claro que no documento sobre Soberania e Segurança Alimentar e Gênero não  
836 tem absolutamente nada relacionado com gênero, com exceção da 15ª proposta.  
837 Portanto, na hora do refazimento do documento, é necessário que se inclua dados  
838 referentes a gênero. Informou que o Seminário sobre Saúde das Mulheres Indígenas  
839 está organizado para ser realizado nos dias 22 a 24 de outubro de 2013, em Brasília.  
840 Em seguida, Maria Emília informou que o assunto sobre publicidade de alimentos  
841 estará na pauta da Plenária de outubro. 7) CP 1 - Sistema e Política Nacional de  
842 Segurança Alimentar e Nutricional - Grupo de Trabalho de Indicadores - Ana Maria  
843 Segall solicitou à Secretaria Executiva do Consea que produza material baseado nas  
844 dimensões contidas no Livro Verde do Monitoramento da Segurança Alimentar e  
845 Nutricional de 2010, para subsidiar os Conselheiros na IV Conferência +2. A  
846 Conselheira informou sobre a Semana Mundial do Aleitamento Materno, propondo  
847 que a CP4 pautasse a questão e traga para o Consea alguma proposta concreta de  
848 atuação do Conselho. Sobre esse assunto, o Conselheiro Pedro Makumbundu Kitoko  
849 propôs que o Consea disponibilize, nas mediações do auditório onde são realizadas  
850 as reuniões do Conselho, espaços apropriados para acomodar as mães que precisam  
851 amamentar. Na mesma medida, a Conselheira Daniela Sanches Frozi propôs uma  
852 homenagem à Conselheira Sandra Maria da Rocha Rodrigues, Movimento das  
853 Mulheres Camponesas, na Semana Mundial da Alimentação. Em seguida, Maria  
854 Emília sugeriu que a lei que regula a propaganda e a comercialização de produtos que  
855 interferem no aleitamento materno seja conteúdo do debate sobre consumo, na  
856 Plenária de outubro. 8) CPCE - Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais -  
857 Norma Sueli Marques da Costa Alberto informou que no dia 7 de setembro será  
858 comemorado o aniversário de Josué de Castro, e sugeriu, como homenagem ao  
859 patrono do Consea, que o Conselho busque uma forma de instituir o dia de seu  
860 aniversário como o Dia Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.  
861 Sobre o Dia Mundial da Alimentação, a CPCE propôs, para a Plenária de outubro,  
862 degustação de alimentos típicos provenientes dos Estados, na perspectiva de  
863 valorização das tradições e diversidade cultural alimentar. Também a CPCE propôs  
864 que o Consea pense na possibilidade de repetir o Encontro de Formação das  
865 Secretárias Executivas dos Conseas e Caisans Estaduais, para qualificação do  
866 trabalho político. A CPCE se disponibilizou a continuar dando contribuição ao  
867 documento que trata desse tema. Por último, para a Plenária sobre Consumo, a  
868 Comissão apresentará questões relativas a propaganda e a bancos de leite humano.  
869 A Conselheira informou que o Consea de Alagoas recebeu uma nota de repúdio da  
870 Universidade Federal de Alagoas contra a empresa Burger King, que comercializa  
871 sorvetes, refrigerantes e sanduíches nas escolas particulares do Estado. Para isso, foi  
872 solicitado apoio do Consea Nacional ao Consea Estadual na perspectiva de frear essa  
873 ação no Estado de Alagoas. Em seguida, Michele Lessa parabenizou a Plenária pelo  
874 trabalho realizado, e informou que a Caisan tentará elaborar os documentos com  
875 antecedência para leitura prévia dos Conselheiros. Em relação ao PL de  
876 Financiamento do Sisan, que estava na pauta da Plenária, Michele informou que  
877 houve um diálogo e um acordo entre Caisan e Consea para retirar o assunto de pauta,  
878 pois ele precisa de mais aprofundamento. Também informou que o Edital de  
879 Recebimentos do PAA é um edital de equipamentos, e o MDS já apresentou para a

880 Comissão de Presidentes, e foi discutida por eles, mas não foi apresentado à CP3,  
881 mas deverá ser feito em breve. Michele reafirmou que tem sim recursos para  
882 equipamentos, e o edital já foi lançado. Sobre o tema da FAO, disse que a Caisan  
883 apoiará o Consea no tema sobre sistemas alimentares locais saudáveis, na  
884 preparação do debate da Semana Mundial da Alimentação. A oradora informou que  
885 aconteceu um debate, na internet, sobre SISAN, no *site* da Rede Ideias na Mesa, com  
886 apresentação de experiências locais. A Caisan realizará as três oficinas regionais do  
887 SISAN, sobre Conseas e Caisans Estaduais, com uma discussão mais regional sobre  
888 o SISAN. Informou que os oito Estados que estava faltando receber recursos para  
889 gestão do SISAN, se candidataram e já estão recebendo os recursos, ou seja, pode-se  
890 dizer que os 27 Estados brasileiros vão receber ou estão recebendo recursos para a  
891 gestão do SISAN. Disse que será elaborado um edital de capacitação sobre o SISAN  
892 para gestores de nove Universidades. Item 8. Encerramento. Maria Emília Lisboa  
893 Pacheco apoiou a proposta sobre os pratos regionais, e propôs que seja na Plenária  
894 de Consumo. Concordou com a ideia do Dia Nacional de Soberania e Segurança  
895 Alimentar, com uma referência a Josué de Castro. Agradeceu novamente a Caisan,  
896 na pessoa da Michele, pelo apoio aos trabalhos do Consea. Disse que dois  
897 representantes da Delegação da Colômbia estiveram presentes na reunião do Grupo  
898 de Trabalho de Indicadores e também nesta Plenária. Maria Emília deu boas vindas a  
899 Carmem Priscila Bocchi, que retornou do Canadá. Agradeceu aos servidores do  
900 Consea pela dedicação aos trabalhos do Conselho. Reforçou que o documento sobre  
901 direitos territoriais vai acolher as propostas feitas, e a Mesa Diretiva fará novamente  
902 uma revisão antes de ser enviado para a Presidência da República e Ministérios. Por  
903 fim, a Presidenta do Consea Nacional nominou os órgãos de Governos que estiveram  
904 presentes nesta Plenária: SEPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade  
905 Racial; NNA - Ministério do Meio Ambiente; FNDE - Fundo Nacional de  
906 Desenvolvimento da Educação; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e  
907 Combate à Fome; MRE - Ministério de Relações Exteriores; Secretaria Geral da  
908 Presidência da República; CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;  
909 Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; INCRA - Instituto Nacional  
910 de Colonização e Reforma Agrária; FUNAI - Fundação Nacional do Índio; SPU -  
911 Secretaria de Patrimônio da União; Ministério da Saúde; MCTI - Ministério da Ciência,  
912 Tecnologia e Inovação; MS - Ministério da Pesca; Instituto Nacional do Câncer;  
913 Secretaria de Mulheres e IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico. Sem mais a ser  
914 tratado, Maria Emília deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.